

JÚLIO BELLO: UM HOMEM VELHO FALA SOBRE AS VELHICES QUE VIU E VIVEUⁱ

Alarcon Agra do Óⁱⁱ

RESUMO: Inventada, no Brasil, enquanto os séculos XIX e XX ainda se misturavam, a experiência moderna da velhice não teria o rosto que acabou por assumir sem o concurso de uma série de práticas históricas, entre as quais a produção memorialística nordestina. Ali, naquelas páginas cheias de recordações e de avaliações do tempo, passado ou presente, corpos traduziam-se como envelhecidos e desde aí se punham a pensar (sobre) o mundo. Neste texto exploro a narrativa de um dos memorialistas nordestinos mais célebres, o pernambucano Júlio Celso de Albuquerque Bello (1873-1951), em busca de, nela, discernir o perfil de uma modalidade nova de se experimentar as idades, especialmente no que tangia ao que então passou a se nomear como a velhice. Palavras-Chave: História da Velhice – Memória – História

ABSTRACT: Invented in Brazil, while the nineteenth and twentieth centuries are still mixed, the modern experience of old age would not have the face that eventually take over without the help of a series of historical practices, including the production memoirs Northeast. There in those pages full of memories and assessments of the time, past or present, body translates as aged and since then they began to think (about) the world. In this paper I explore the narrative of one of the most celebrated memoirists Northeast, the Pernambuco Julio Bello Celso de Albuquerque (1873-1951), seeking in it, to discern the profile of a new mode of experiencing the ages, especially in regard to the which started to be appointed as old age.

Keywords: History of Old Age - Memory - History

Introdução

O velho é um personagem dos mais significativos da história brasileira desde a passagem do século XIX para o XX – e a sua figura, objeto de um grande número de deslocamentos e de reinvenções, atravessou o tempo com grande vitalidade, até o

presente. É preciso, no entanto, lembrar que, quando se afirma que a velhice, e seu protagonista mais imediato, o velho, fazem parte da primeira cena da nossa história nos últimos cem anos, o que se deseja acentuar é que algo, a que se deu o nome de velhice, vem sendo então transformado em objeto de atenção privilegiado de um sem número de práticas de saber e de poder.

A construção desta nova modalidade de existência tem a sua história: ela tornou-se possível em meio a certas condições, emergiu sob certas formas, sua aparição trouxe consigo a possibilidade de certos efeitos – muitos dos quais efetivamente se materializaram em gestos, leis, normas, palavras, profissões, formas de viver, amar e morrer. Neste sentido, a emergência da velhice esteve ligada a eventos de diferentes ordens, tais como, por exemplo: a configuração dos campos da geriatria e da gerontologia; a invenção do asilamento específico para velhos; a construção de dispositivos públicos de financiamento do não-trabalho do idoso, entre os quais a política de aposentadorias e pensões, entre outros.

Entre as práticas culturais de maior destaque na construção da velhice brasileira, ressalta-se a literatura. E, mais, considerando-se particularmente a época entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX, deve ser realçada, como campo de invenção daquelas “verdades”, a literatura de cunho memorialístico, especialmente a escrita das lembranças de autoria de letrados nordestinos.

Quando digo “letrados nordestinos”, estou me referindo a um conjunto de autores que, vivendo no antigo Norte do Brasil, comprometeu-se com a invenção histórica da região Nordeste do Brasil, tal como é estudado na historiografia composta ao redor do nome de Durval Muniz de Albuquerque Júnior.ⁱⁱⁱ Aqueles sujeitos, escrevendo suas memórias, estabeleceram uma narrativização de si e da velhice que acabaria por impactar longa e densamente a compreensão que se pôde configurar no país e, especialmente, na nova região, acerca dos sentidos do envelhecer e do ser velho.

O objetivo deste artigo é o de investigar tais histórias a partir da leitura de um título destacado da memorialística nordestina: as *Memórias de um senhor de engenho* (1935/1938), de autoria do proprietário, político, jornalista e memorialista pernambucano Júlio Celso Cavalcanti Bello (1873-1951).^{iv}

“Vida” e “Obra” de Júlio Bello

Júlio Celso de Albuquerque Bello nasceu no Engenho Tentugal, em Barreiros, Pernambuco, em 1873. Da vida no campo jamais se distanciou de todo, mesmo quando estudante no Recife e no Rio de Janeiro; fora do mister de senhor de engenho, ele dizia ter encontrado apenas “fundos dissabores, injustiças e desilusões; e sempre meu coração, pejado deles, voltou à paz e à serenidade aqui debaixo destas velhas telhas seculares”. (MSE, p. 27) A geografia sentimental implicada naquela valorização recorrente do mundo do engenho teria sua contraface na exploração desconfiada que Bello empreenderia ao longo da vida e, incisivamente, nas suas memórias, em relação ao mundo urbano e aos seus ritos, códigos e personagens.

Não obstante seu amor desmesurado aos canaviais, Bello ocupou funções urbanas por muitos momentos, ocupando espaços que não deveriam, a seu ver, abertos a arrivistas ocasionais. Assim, foi jornalista, deputado estadual, senador estadual e chegou a assumir, interinamente, o cargo de Presidente de Pernambuco, durante o mandato de Estácio Coimbra (1926-1930), de quem era, aliás, tio e cunhado.

Como jornalista, atuando junto ao periódico *A Província*, órgão adquirido no fim dos anos 1920 por partidários de Estácio Coimbra, Júlio Bello, além de escrever seus próprios textos, contribuía ocasionalmente com o editor, Gilberto Freyre, na escrita de ataques aos opositores do governador. Ele encontrava no jornal um espaço importante para si próprio, na medida em que a presença, ali, de amigos e aliados políticos instalava no Recife uma espécie de brecha que o remetia ao mundo bucólico no qual se sentia verdadeiramente acolhido, ou seja, o ambiente dos engenhos:

O jornal, na vida de Júlio Bello, por seu turno, parecia acolhedor “às suas tendências – o seu apego à terra de massapé da cana de açúcar, a sua bonomia de homem ‘sem bondade’, o seu sentimentalismo de criador de passarinho e de cultor de bogaris e de jasmins-do-cabo.” Sempre se postava em defesa das tradições, do passado do seu povo, dos orgulhos de pertencer a uma camada senhorial que, mesmo decadente, ainda tinha seu brilho e seu encanto. Ele se sentia como portador de virtudes importantes porque antigas, trazidas no sangue graças à herança dos Albuquerque, seus antepassados maternos.^v

Aliás, em diversas passagens das memórias de Bello há a indicação de sua firme crença na transmissão, pelo sangue, de “característicos físicos e morais” e, até mesmo,

de lembranças. Com isso ele produzia uma geografia natural das relações sociais, na medida em que apartava herdeiros de uma boa linhagem dos que não tinham tal sorte. Um exemplo dessa abordagem é todo o seu primeiro capítulo, intitulado “Antepassados. Tentugal”. (MSE, p. 01-23; cf. tb., p. 79). Daquela herança inegociável, ele extraía qualidades que o levavam para longe do arrivismo, o qual ele descrevia como algo típico da conduta dos moços do seu tempo, demasiado seduzidos pelas promessas da modernização e da urbanização.

Tomando distância dos arroubos que eram comuns aos jovens que se expunham na cena pública pelos meados dos anos 1930 em Pernambuco, Bello defendia a idéia de que o poder que emanava dos velhos senhores não exigia demonstrações extremadas, não precisando ser objeto de uma visibilidade gritante; ele vinha da alma, estava incrustado no corpo de forma natural – ou não existia, ou não valia, ou era uma farsa.^{vi}

O amor e a fidelidade de Júlio Bello ao que ele julgava serem suas raízes, bem como laços de amizade e de parentesco, o fizeram participar, juntamente com Gilberto Freyre, Odilon Nestor, Amaury de Medeiros, Alfredo Freyre, Antonio Inácio, Moraes Coutinho, Carlos Lyra Filho, Pedro Paranhos e outros, da criação, em 1924, do “Centro Regionalista do Nordeste”. Este tinha o objetivo, “explicitado em seu estatuto, de promover o sentimento de unidade do Nordeste e de trabalhar em prol dos interesses da região em seus diversos aspectos econômicos, sociais e culturais”.^{vii} A partir dali acompanharia Pedro Paranhos, Ulisses Freyre e Gilberto Freyre em excursões pelo Nordeste, especialmente pelo interior de Pernambuco, em busca dos restos materiais e simbólicos do seu mundo, do seu passado.

O estreitamento dos laços de Júlio Bello com Gilberto Freyre, a partir do fim dos anos 1920, faria com que este o incitasse a publicar as *Memórias*. Sobre isto, o próprio Freyre, no texto do “Manifesto Regionalista”, fez valer os seus direitos de inspirador da escrita memorialística de Júlio Bello. Ali ele diria que Bello, um dos “velhos lavradores ou homens de campo voltados inteligentemente para os problemas de defesa e valorização da paisagem ou da vida nos seus aspectos rurais ou folclóricos” havia sido instado a contribuir para o livro comemorativo do primeiro centenário do *Diário de Pernambuco* com um texto em que fossem evocadas as práticas culturais do velho mundo dos engenhos de açúcar, que andava sendo destruído pela modernização capitalista.^{viii} Já naquele movimento, como se pode perceber, Freyre cumpria o rito de

naturalizar os laços entre a memória e o envelhecimento, o que acabaria por ser incorporado sem muitas diferenças por Júlio Bello e por tantos dos seus contemporâneos.

Da participação de Bello naquela obra para a composição das *Memórias* havia sido um passo rápido, na medida em que, na opinião de seus leitores e amigos, principalmente na de Gilberto Freyre, ele dera mostras de não só ter e saber o que dizer, modos que lhe teriam advindo da formação e, mais acentuadamente, da idade avançada, mas de ser dotado da capacidade de seduzir o leitor pela qualidade de sua prosa. Além dessas motivações mais internas à vida e à arte mesma da escrita, havia o tempo livre, visto que, após a queda de Estácio Coimbra em 1930, a fração da elite açucareira à qual Bello se ligava entrara em ostracismo político, e ele acabara por se resguardar à sua propriedade e ao seu culto ao passado.

A publicação do livro de memórias de Júlio Bello, em 1938, se deu na Coleção Documentos Brasileiros, então dirigida por Gilberto Freyre para a Livraria José Olympio Editora. Além do destaque advindo do prestígio daquela edição – a coleção e a editora eram lugares de primeira grandeza na ordem cultural da época – as memórias de Júlio Bello contaram com outros eventos que lhe garantiram visibilidade e duração, como a publicação de resenhas elogiosas em jornais e livros e a sua divulgação por outros intelectuais. O livro teve ainda duas edições, e continua sendo citado com certa regularidade em estudos acadêmicos acerca de temas ligados à história do Nordeste, numa tradição iniciada por Freyre nos seus trabalhos clássicos sobre a sociedade patriarcal brasileira.

A morte de Júlio Bello, em 1951, ocorreu no Recife – cidade em que havia se instalado em definitivo nos momentos finais da vida, ainda que contra a sua própria vontade, apenas motivado por razões de ordem médica. No fim da vida, enfim, Bello acabaria vítima dos controles quase inegociáveis do saber médico, cúmplice da modernização brasileira tão recusada por aquele velho senhor. Ele teria seu corpo enfermo levado à capital, longe do seu engenho querido no qual por tanto tempo imaginara poder morrer em paz, cercado de lembranças familiares, como tantos dos seus antepassados. Morreria longe da casa sobre a qual havia dito:

Tudo nesta casa secular me evoca uma lembrança do passado. A maior felicidade de minha vida é viver ainda nela e minha maior esperança é morrer sob o seu teto. (MSE, p. 25)

Modernidade e tristeza

Júlio Bello, como disse acima, viveu, de acordo com o tempo dos historiadores, a passagem do século XIX para o XX; já era, aliás, homem feito quando o novo século se inaugurou. Ele sentiu, na sua própria trajetória, as transformações daquela época, e seu texto era uma tentativa de interpretar a história vivida, entremeando indicações quanto aos novos sentidos emprestados aos espaços públicos e privados que ele palmilhou na sua trajetória, bem como aos seus embaralhamentos.

O seu tempo, é o que ele diz no livro, em meio a um ressaibo romântico incontornável, era um instante marcado pelo esvaziamento da densidade do mundo, dos seus mistérios, das suas zonas de sombra. No mundo moderno que ele via sendo inventado, não cabia o pitoresco, o fantasioso, o obscuro: apenas a luz, a razão e o movimento tinham espaço nele. Era um mundo menos interessante, menos carnal e mais maquínico – logo, mais triste, menos feliz. Para interpretar a história e a densidade específica daquele mundo é que ele se lançará a pensar na experiência social a partir da metáfora da velhice, ferramenta que lhe permitia entender a si e ao seu entorno.

Na maior parte das vezes, conforme se pode perceber com a leitura de seu texto, o que se dava era que Bello não conseguia se conectar com propriedade aos novos ritmos da vida social, os quais emergiam com vigor ao seu redor; era-lhe mais fácil, a partir do lugar que ele construía para si como sendo a mirada possível a um homem velho, a experimentação dos códigos da sociedade tradicional que se esvaía sob seus olhos. A disjunção ali experimentada gerava um desconforto que o seu livro registra amplamente. É comum, assim, nas *Memórias* de Júlio Bello, a associação entre a modernização da sociedade e a instalação da tristeza, ora no mundo, ora em alguns dos seus personagens.

O passado era um mundo harmônico, diz o memorialista, subordinado aos ritmos sagrados da natureza, trabalhado por escravos que cumpriam seu destino como insetos disciplinados, os espaços distribuídos segundo as hierarquias sociais que deveriam ter sido imortalizadas para todo o sempre. Tudo aquilo, no entanto, diz Bello, teria se perdido, ficara para trás, graças aos sopros do moderno que sopravam em Pernambuco

desde os fins do século XIX – com resultados desanimadores para o memorialista, a cremos nas suas palavras:

Como é diferente hoje a vida do engenho! Em menos de um quarto de século, como se transmutou a vida do campo. A terra industrializada no domínio das firmas comerciais do Recife, como entristeceu a terra! (MSE, p. 58)

A usina, diz Bello, era a forma histórica mais visível e mais concreta daqueles novos tempos, e da sua maquinaria absurda escorria não o doce do açúcar, mas o amargor da tristeza, do desencantamento do mundo, da destruição das relações paternalistas que se moldavam ao sabor de fluxos ancestrais. A usina, na sua rudeza, na sua face banal e sem mistérios, destruiu o mundo antigo e construiu outro no seu lugar, sem quase nada do brilho e da alegria de outrora. Daquele paraíso perdido restavam apenas resíduos marcados pela decadência, pela degradação, pela ruína – o que Bello só conseguia dizer apelando para a metáfora da velhice, ferramenta que lhe era mais que útil no seu afã de registrar a morte do que era a sua vida mesma:

Que é dado daquelas alegres colméias cheias de vida e de encanto das margens e adjacências do grande rio? O viajante percorre a estrada rodando a cinquenta quilômetros, pára ora num, ora noutra ponto, junto das velhas casas-grandes em ruína, dos paredões de vetustas capelas, das taperas de antigos bangüês, pára e pergunta: “De quem é hoje este engenho?” A resposta é invariável: “Da Usina”. (MSE, p. 58)

Uma nova ordem produtiva implicava numa nova ordem social – o que Belo via como um desastre. As novas usinas, túmulos dos velhos engenhos, traziam consigo novos modos de ser, novas relações entre os indivíduos, novos pertencimentos e novas exclusões. O resultado teria sido a crise não apenas de um setor produtivo, mas do próprio país, o que se corporificava na crise dos seus mais legítimos habitantes: os velhos senhores. A sua decadência, acompanhada que foi da transferência da propriedade de vários engenhos, comprados pelos capitalistas da cidade, desorganizou em muitos aspectos a vida social brasileira. Não por outro motivo, ser velho nas primeiras décadas do século XX estava sendo algo tão difícil:

Nas casas-grandes dos antigos bangüês, onde dominaram senhorilmente os velhos coronéis do século passado, como

melancólicas e ridículas caricaturas deles, vegetam hoje os administradores, fiscais e apontadores dos usineiros. (MSE, p. 187)

Como exemplo dos resultados dessas mudanças, Júlio Bello menciona a má vontade dos “residentes mais humildes das propriedades agrícolas” em receber os novos senhores das terras. “Não os respeitavam nem lhes dispensavam a mesma consideração” anteriormente derramada aos senhores antigos dos engenhos. “Riam-se, zombavam dele, achando que usurpavam uma função” que excedia seus merecimentos, viessem esses do capital ou do nascimento. Abria-se uma brecha, ali, para a instauração de conflitos indesejados pelas elites. (MSE, p. 161-162)

“Os moradores do engenho acatavam com muito maior prazer ordens dos senhores de engenho de famílias radicadas à lavoura”, diz Bello. Isso se dera, por exemplo, quando um administrador foi contratado para gerir o engenho Junco, do falecido Antônio Leitão Cavalcanti, cunhado do memorialista. A propriedade foi entregue, por arrendamento, “a um comerciante relativamente abastado e respeitável”, mas “os mais antigos residentes da propriedade, saudosos do velho senhor e despeitados não queriam, por forma alguma, receber nem acatar as ordens do rendeiro”, vindo a Júlio Bello para “saber o que deviam fazer, onde plantarem, quando iniciarem o corte de suas canas”. Preferiam, ao rendeiro estranho, que o engenho fosse mesmo entregue “à inexperiência” e à “estúrdia dos dois rapazes” herdeiros do falecido Senhor Cavalcanti. A velhice, neste relato, remetia a respeito e a mando – enquanto a juventude se ligava à incompetência e à falta de autoridade. Para Bello, os homens do eito eram assim seus aliados, na medida em que apenas temiam a quem carregava em si as marcas do pertencimento às antigas elites rurais, e, assim, resistiam às forças daquele presente avesso à antiguidade e à venerabilidade dos mais vividos. (MSE, p. 162)

Para Bello, como também para os demais memorialistas nordestinos, abria-se, com a modernização da produção, das relações sociais e dos costumes, um tempo do desconhecimento: a multiplicação dos personagens da cena pública, com o crescimento das cidades, levava a uma impossibilidade de se saber quem era quem, o que borrava o mundo e impedia o conhecimento tal como se produzia *antigamente*. O mundo das usinas, firmas com seu coração na cidade, empresas descoladas da vida no campo, era, para Bello, o espaço de uma grande ausência do nome, visto que todos os patronímicos que eram familiares à sua infância (e ele dá ao leitor uma extensa lista de famílias,

outrora ricas e que, no seu presente, anos 1930, não eram mais que simples lembrança) passaram a se ligar não mais a fazendeiros poderosos, mas a pessoas dispersas, a “emigrados da terra e da profissão dos seus maiores”. A usina, diz Bello, tal como uma tirana, mostrou-se “insaciável de terras e deportadora terrível” de coronéis e senhores de engenho, conquistando as terras, disseminando e deportando “os seus velhos donos”. O nomadismo forçado daqueles velhos personagens atualizava, para Bello, uma experiência de sociabilidade que o repugnava, visto que ela implicava no abandono, compulsório, pelos senhores, do seu bem mais caro: a sua casa familiar, carregada de memórias e de passado. (MSE, p. 58)

O homem da cidade comprou a usina e comprou as terras. Com esse utilitarismo comercial e as suas minúcias de “deve e haver”, de “lucros e perdas”, com esse espírito de detalhe do homem de negócio que investiga inteligentemente tudo e tudo anota e aproveita, e para aumentar a zona de cultura, invadiu com a lavoura de cana todos os recantos dos engenhos. Valendo-se, para sua defesa, de uma ilusória vantagem no salário, tomou, por via de regra, os pequenos sítios de mandiocas e das outras lavouras secundárias do pobre. Este deixou de cultivar o trato da terra que, ordinariamente, a complacência e o espírito de equidade do Senhor de engenho antigo lhe outorgavam. Deixou os engenhos e passou a residir de preferência nos povoados e cidades do interior, vivendo exclusivamente do salário ilusoriamente melhorado. Enquanto é válido e forte pela idade, antes dos quarenta anos, pode viver porque pode vender por melhor preço o seu trabalho. (MSE, p. 133)

Na velhice, para a qual nada pôde guardar, inaugurada por Bello com a chegada dos quarenta anos de idade, viveria aquele desgraçado a miséria mais extrema, a tristeza mais profunda. Falando de si mesmo, Júlio Bello se diz também vítima daqueles ventos terríveis da história, ainda mais porque se sentiu incapaz de assumir papéis modernos. Não foi médico, não foi engenheiro, e acha que apenas daria

(...) um sofrível bacharel, se o Destino me privasse de ser aquilo que sou e com tão decidido gosto, graças a Deus: um simples agricultor, sem o título científico e sem a patente da guarda nacional que não se confere mais aos senhores de engenho, mesmo porque os senhores de engenho, como os coronéis, estão se acabando. (MSE, p. 76)

À usina só resistia “Um ou outro teimoso representante das famílias tradicionais nas casas-grandes restantes, como últimos abencerragens da classe”. Era uma questão, por vezes, de orgulho, de honra, de dignidade, enfrentar com bravura aos ventos do

novo – mesmo que tal gesto quase sempre resultasse em apenas mais um fracasso. Ainda mais, haveria que se observar isso, os indivíduos que se arvoravam em defender o velho mundo dos patriarcas, em geral – salvo o caso dos jovens letrados que orbitavam em torno de Gilberto Freyre, que encaneciam apenas nos valores – eram homens velhos e fracos, cansados de viver e lutar, já submetidos em maior ou menor grau aos tempos novos, época de governo dos moços. (MSE, p. 59)

Nascia, no começo do século XX, era o que relatava Júlio Bello, um mundo novo, por vezes incompreensível, o que ainda mais o assustava, e lhe toldava o semblante. Esperava-se, pelo menos, que alguma ordem se mantivesse, como garantia da paz e da tranqüilidade, coisas caras aos velhos e suspeitas aos moços. Havia, nas palavras de Júlio Bello, quanto a isso, ainda uma velada crítica social ao seu presente: era na sabedoria, força vital que ele associava, por todo o livro, aos mais velhos, que se depositava a ilusão de um futuro menos iníquo, menos desordenado. Ela ainda seria possível, naquele mundo?

A época que vamos vivendo é evidentemente, no conceito de todos, uma era de transição: um mundo novo se prepara e há de surgir dessa inquietação incessante, dessa elaboração surda de idéias que refervem e agitam as nações como os rumores subterrâneos fazem tremer a terra antes das erupções vulcânicas. À sabedoria dos governantes e dos legisladores está entregue o destino da civilização. (MSE, p. 185)

Velhos senhores – força ontem, decadência hoje

Júlio Bello operava com algo a noção de *velhos senhores*, aludindo com ela a duas experiências subjetivas singulares, mas interligadas no âmbito do seu relato. Num sentido, ele faz referência a homens marcados pelos sinais à sua época compreendidos socialmente, nos anos 1930, como os da velhice. Noutro sentido, ele se vale daquela expressão para aludir a personagens que viveram no tempo de *antigamente*, ou seja, no instante que é tomado no movimento daquela narrativa como o tempo lembrado. Neste jogo, ele construía imagens acerca da velhice e distribuía por sobre os corpos envelhecidos algum sentido, salvando do opróbrio vidas condenadas, a seu ver, ao acaso. Nos intervalos do seu dizer, ele acabava por executar um movimento de interpretação da história, a velhice e a juventude lhes servindo de ferramentas analíticas, pelo seu poder de condensação de sentidos.

Na sua maioria, os velhos senhores imaginados por Júlio Bello nas suas memórias eram homens de força e de palavra: seu mundo era governado por noções muito rígidas, e muito precisas, de honra. Ora austeros, aristocráticos, ora moderados e cativantes com certa simpatia, todos eram, ao dizer de Bello, “operosos e eficientes na sua profissão, homens nos quais se podia receber como segura garantia de palavras apenas um fio de barba”. Cada um deles era um sujeito “generoso, recebendo e hospedando com magnanimidade que tocava às raias da ostentação e da vaidade”. Eram aquelas virtudes “velhas e peregrinas”, diz Bello, vindas de muito longe, carregadas com os senhores no seu “sangue” e na sua “raça”, não importando o seu destino. No movimento do relato de Bello, eles encarnavam faces da experiência histórica do país que cumpria registrar para ensinamento das gerações mais novas. Seu corpo, sua existência, condensava formas sociais de existência que Bello desejava imortalizar. (MSE, p. 61)

Ora os relatos de Júlio Bello consistiam num olhar para o passado que, como todos, era orquestrado em alguma medida por demandas do presente mesmo de sua enunciação. Aquelas virtudes velhas e respeitadas a que me referi acima, por exemplo, eram contrapostas por ele às pretensas virtudes legitimadas socialmente nos anos 1930, associadas ao vigor e à força que então eram apanágio da juventude e que funcionavam socialmente como maquinarias de aviltamento das experiências do envelhecimento (Sant’Anna, 2001). Além disso, a tipologia que é estabelecida pelo memorialista acerca da velhice, a qual separava velhos fortes e fracos, por seu turno, pode ser lida como uma espécie de mirada crítica sobre hierarquias ou sobre experimentações de novas regras de sociabilidade que, emergindo no instante em que a obra estava sendo escrita, dela recebiam um olhar crítico. Há, nos intervalos da enunciação dos velhos fortes de ontem, os velhos desfibrados do presente.

Um exemplo dos mais eficientes desta tipologia estabelecida por Júlio Bello, no que dizia respeito aos personagens imaginados como os velhos respeitados do passado, consiste na figuração por ele tramada quanto ao seu avô materno, “o sargento-mor Francisco Antonio”. Aquele seria uma espécie de personagem-símbolo de uma velhice bem sucedida, o que significava dizer, nos limites das memórias de Bello, que o seu avô havia aliado condições pessoais e sociais para manter-se senhor de si e do seu mundo mesmo quando sobrecarregado de anos vividos. O instante em que sua vida se dera

havia-lhe permitido chegar à velhice sem perder nenhuma fração de seu poder e de sua autoridade; ao contrário, a passagem dos anos o tornara ainda mais venerável. Sua imponência era tanta que ele chegou até mesmo a ser emulado, ainda que apenas por “mofinos imitadores”, incapazes de repetir suas façanhas e sua nobreza. (MSE, p. 11)

O “sargento-mor Francisco António” foi lembrado então como “um homem de fibra e de personalidade definida”. Era o senhor absoluto de seus dois engenhos e de “uma grande fábrica de escravos”, tendo tido “sempre servida generosa mesa”, ao redor da qual “não regateava hospedagem”. Sua “largueza de ânimo” permaneceu na memória familiar: entre outros gestos de mando, comprava brigas dos outros, sempre do lado do mais fraco. Era

(...) um homem de fibra e de personalidade definida. Senhor de dois engenhos e de uma grande fábrica de escravos, no seu engenho Tentugal, que ainda hoje, graças a deus, pertence a seus bisnetos, teve sempre servida generosa mesa e não regateava hospedagem. Deixou de sua largueza de ânimo uma honrosa tradição que subsistiu muito tempo. Por certos assomos e arrancadas de gênio tinha um quê de D. Quixote: “comprava” barulhos dos outros tomando sempre partido pelo mais fraco. Culto para o seu tempo e para a sua classe onde havia homens analfabetos de muito boa família, escrevia com certo preciosismo empolado e uns longes aqui e ali apareciam de elegância de estilo. Guardo cópias de uma dessas cartas que é exatamente um modelo desta singular maneira de escrever e onde se ressumbra aquele feitio aventureiro de cavaleiro andante por ser uma intimativa a um forte em defesa de um fraco que se demandavam, dele que nada tinha que ver com o barulho dos dois. (MSE, p., 09)

Tamanho poder, pensão por Bello como resultado e imagem do conjunto “das comuns virtudes dos senhores rurais” da primeira metade do século XIX, tinha sua sombra, e o sargento-mor tinha os seus defeitos; seu neto o descreve como sendo “um tanto de energúmeno pela grande soma de autoridade que detinha um senhor de engenho da época”. Era ele “irascível”, não recusando grandes manifestações de ira, “tornando-se naquelas ocasiões temível”. As “explosões de sua ira e a satisfação que lhes dava em atos violentos, que estes eram aliás comuns na época entre os seus pares”, se mostravam em gestos violentos, mesmo quando com eles imaginava estar distribuindo justiça. (MSE, p. 09-10)

Júlio Bello registrou que apenas o capelão do seu engenho tinha o dom de acalmar a tensão do velho sargento-mor, quando este se mostrava presa de sentimentos de fúria. (MSE, p. 09-10) Com esta referência, certamente o memorialista distanciava o

tempo do seu avô do seu próprio momento histórico: longe de 1935 estavam os tempos em que os grandes senhores tinham à mão o auxílio de um padre ligado à casa; mais longe estariam, ainda, os tempos em que a palavra sagrada atenuaria os conflitos do mundo profano. Os homens furiosos dos anos 1930 seriam contidos pela força coercitiva do Estado, braço moderno e pretensamente eficiente de controle social dos impulsos destrutivos dos indivíduos, ao contrário daquele mundo imaginado por Bello como tendo sido o passado de sua família, uma circunstância em que a grande propriedade se regulava a si mesma.

A riqueza daquele grande senhor, com a dos demais, seus companheiros de aristocracia, estava não apenas nos bens, mas no poder de dispor deles.

Generoso quase até o desperdício, pagava com usura os favores que recebia. Deixava mesmo que o explorassem com aquela excessiva liberalidade que era o apanágio da maioria dos homens bem-nascidos da lavoura antiga: à graça do mais insignificante mimo que lhe dava um pobre, replicava a patações de prata. (MSE, p. 10)

Seria capaz, “nos seus momentos de bom humor”, de tolerar “as maiores impertinências”. Diferentemente de seus descendentes, ele era equilibrado “na gestão de sua fazenda, operoso e diligente, podia manter sem receio aquele relativo fausto na vida” – mesmo vestindo seus escravos com fardas, mesmo organizando banquetes em datas festivas, “larguezas que suscitavam escândalo e reparo e corriam mundo para gáudio de seu nome”. (MSE, p. 10-11)

Júlio Bello parecia ver naquele seu avô um exemplo de uma experiência de masculinidade e de velhice já não mais possível nos dias que lhe acompanhavam enquanto escrevia suas *Memórias*. O sargento-mor Francisco António, dizia ele, era um homem “cheio de esquisitas demasias muitas vezes condenáveis”, mas era de todo modo um sujeito “forte, de personalidade definida, que teve na sua época mofinos imitadores”, o que, aliás, se daria com todos os homens inventivos e autênticos. (MSE, p. 11)

Um homem velho que fazia de si mesmo a imagem de uma ordem que deveria ser imposta e obedecida, sem maiores negociações – era o avô que Júlio Bello imortalizava na sua narrativa memorialística. Seria aquela figura tomada, naquela obra, como uma espécie de baliza a partir da qual outras trajetórias – contemporâneas do sargento-mor ou não – seriam avaliadas e, mais que isso, julgadas.

Afinal, até meados do século XIX, diz Júlio Bello, os senhores de terras

(...) foram com efeito homens todo poderosos: polícia e justiça dentro de suas terras eram eles. A terra conferia foros de nobreza: o nome patronímico desaparecia depois do de batismo para ser substituído pelo nome da propriedade. (MSE, p. 179)

Com isso, não raro os engenhos tornavam-se até mesmo “coitos de criminosos defendidos e inatingíveis como tabus sagrados”. Seria, para muitos “senhores arrogantes”, um ultraje que a polícia entrasse por suas terras. Os espaços marcados pelo sinal de sua posse eram seu reino. (MSE, p. 179)

Diante da casa-grande as cabeças se descobriam como diante de um templo, os lábios que falavam emudeciam, ou passavam a murmurar apenas as palavras da conversa em seus seguimentos enquanto os interlocutores defrontavam-na; depois iam os lábios articulando mais alto, gradativamente, a conversa, na razão da distância que se ia pondo entre os que passavam e falavam e a residência do senhor de engenho. Se o Senhor chegava a uma porteira e se encontrava alguém que vinha em sentido inverso, quem vinha descobria-se diante de quem chegava, abrindo bem a porteira para que por ela pudesse passar, com franqueza, o senhor de engenho e toda sua importância. E não a batia como ordinariamente se faz: ia com ela vagarosamente até o mourão, encostando-a com doçura. O Senhor de engenho passava: bater-lhe a porteira com força pelas costas, era falta de respeito. No silêncio da noite, nem um chicote estralejava tangendo um comboio de animais por defronte da casa-grande: o HOMEM dormia. (MSE, p. 180)

Muito daquilo seria diferente no tempo em que Bello escrevia suas memórias, naqueles anos 1930 nos quais a violência já era quase naturalmente privilégio do Estado, e quando parecia vigorar nas relações sociais um denso etarismo. Aos homens adultos, maduros, capazes de trabalhar, de produzir, de governar, de amar, passavam a se contrapor então os velhos, incapazes de qualquer outra coisa a não ser lembrar-se do vivido e esperar, com maior ou menor paciência, a morte. Não que antes não houvesse velhos, e a prosa de Júlio Bello era um manancial deles. Mas, certamente, o que se vivia como a velhice no passado era algo bastante distinto do que se estava vivendo no seu tempo presente, naquelas turbulentas e muitas vezes ininteligíveis primeiras décadas republicanas. O velho havia se tornado numa excrescência, alguém que não se conectava com os códigos da atualidade, que insistia em rotinas e gestos deslocados, que apenas parecia confortável quando mergulhado em si, nas suas memórias, restos de vida.

Os modos de viver a velhice funcionavam, naquela narrativa, como signos de rupturas históricas. Era porque o tempo presente mostrava aos velhos apenas uma face áspera que o passado parecia mais acolhedor e mais digno de ser objeto de atenção. Havia sido a invasão das forças violentas da história o motor da tragédia que acometera a trajetória de quem envelhecia. Bello se valia, como se vê, da idéia de uma “Era de Ouro” da velhice, convenientemente ambientada numa época na qual ele reconhecia a imagem do seu próprio rosto, para ler e recontar a história recente do país, produzindo, para ela, outra face, a da sua memória de *senhor de engenho*.

O Coronel Chico Ferrão, na verdade Francisco Paes Barreto Ferrão Castelo Branco, por seu turno, era um personagem, diz Júlio Bello, de “tempos mais remotos” do que os dos fins do século XIX, e havia sido “senhor do engenho Morim e de outros mais”. Era “amigo íntimo e compadre duas vezes” do pai de Júlio Bello – e foi descrito nas *Memórias* deste último, que o retrata então já homem velho, como

(...) o tipo acabado do senhor de engenho pachola, na expressão menos erudita e mais popular do termo, indicando o homem inclinado a liberalidades e a galanteria, ao trato mais largo de seu trem de vida, com ostentação e certa espetaculosidade: mas escrupuloso nos seus deveres de homem de bem e pai de família. (MSE, p. 160)

Ao sair do engenho para suas viagens à cidade ou às outras propriedades, fazia-se acompanhar de “grande e vistosa comitiva de moradores e pajens”. Com os bolsos cheios de “moedas de prata de cinco patacas”, as distribuía pelos caminhos, com quem lhe tomasse a bênção. Possuindo bons cavalos, era, entretanto, “mau cavaleiro”.

Proprietário excessivamente ligado às suas terras,

(...) era tão essencial e exclusivamente do campo, que sendo um homem inteligente e de grande perspicácia, jamais, apesar de suas contínuas viagens ao Recife, aprendeu a andar sozinho nas ruas da cidade: precisava ali de guia como um cego e disto se vangloriava, fazendo troça. (MSE, p. 161)

Formou os dois filhos homens agrônomos, e as três filhas moças como pretendidas donas de casa. Dava-se, ali, um projeto estratégico de sobrevivência do núcleo familiar. Os filhos homens teriam a missão de contribuir para a melhoria das condições da produção, munidos que voltariam da formação superior com um saber especializado. As filhas moças, por sua vez, garantiriam a reprodução do clã mediante

casamentos bem sucedidos, para os quais estavam devidamente preparadas de acordo com os cânones mais tradicionais.

Na apresentação de outra personagem também nosso memorialista encontraria espaço para edificar imagens gloriosas da velhice do passado. Assim, ele busca dar conta da vida de um arrendatário de terras que faziam fronteira com as terras de Júlio Bello, o Coronel Constantino Gomes Ferreira. Ambos teriam se tornado próximos desde 1897. Antigo amigo da família de Bello, o Coronel Ferreira era, ao dizer do memorialista, “um verdadeiro ‘*self made man*’.” Tendo contraído três casamentos, “deixou como um velho patriarca bíblico, vinte e tantos filhos do primeiro e terceiro matrimônios”. Mostrava-se, na velhice, como um “tipo acabado de homem de bem e agricultor”, seu trabalho de tão rendoso parecendo ser abençoado por Deus. (MSE, p. 159-160)

Em 1897, ele se mostrava “um belo tipo de sexagenário válido e ativíssimo”. Uma vez, tendo perdido verdadeira fortuna com um “desastre comercial de uma firma do Recife”, mostrou-se “quase indiferente”, conformando-se e redobrando os “esforços para, com maior lustre de seu nome e conceito, repará-la”. Do alto de sua condição de velho senhor, lhe era indigno mostrar-se frágil apenas porque as novas regras do capitalismo o haviam traído. Era “parco de letras”, mas “inteligente e espirituoso como poucos” – e aficionado por cavalos e cavalhadas, como “os velhos senhores de engenho, seus coevos”. (MSE, p. 160)

O Coronel João Batista Acióli, outro dos velhos que foram capturados nas malhas das memórias de Bello, era um “abastado proprietário, chefe político conservador e deputado provincial em várias legislaturas por Alagoas”. Homem poderoso, em 1859 chegou a hospedar, nas suas terras, D. Pedro II. Sendo sogro de um irmão de Júlio Bello, foi descrito por este último como um homem que, ainda na velhice, era “alto, barbudo, bem apessoado, ativíssimo, enérgico”, tendo construído “com o seu trabalho honrado maior parte da fortuna que legou aos filhos”, dormindo pouco para poder amealhar ainda mais riqueza. (MSE, p. 96-99)

O Coronel Acióli, inclusive, diz Bello, era de grande inteligência, e possuía uma argúcia para os negócios que só se aproximava da sua energia para gerar bastardos, de que encheu as margens de suas vastas terras. Na velhice apenas se tornara ainda mais rígido, mais cioso do que lhe definia o caráter, o lugar no mundo. Importa, aqui, tratar

disto: a sua imagem, presente nas palavras de Júlio Bello, era o instantâneo de um velho. Uma figura congelada e que se mostrava como a realização de um percurso que antecedia à velhice, mas que se realizava nela: era um grande senhor que, ao ficar velho, apenas tornara-se mais firme naquilo que lhe definia o ser, o caráter, a existência.

Era, desde sempre, extravagante, como decerto convinha aos grandes senhores de seu tempo. Ou, aliás, talvez a sua figura distinta não devesse ser, a seus olhos, espaço de repetição de gestos ou de hábitos do comum dos homens. Ele, afinal, não era um homem como os outros: era o senhor de sua região, e de seus agregados. Isso se mostrava não apenas na sua roupa, sempre de primeira ordem, mas também em gestos estouvados, como por exemplo, appear-se no meio de uma estrada, no caminho para uma festa, no intuito de consertar o erro de um carreiro na orientação dos animais. Seu corpo não exibia, assim, a marca da idade: o que se mostrava nele eram a força da permanência, a sabedoria e a rigidez que o tornara merecedor de uma existência mais larga, mais extensa. “Temido de todos pelas explosões do seu gênio, era no entanto facilmente acessível, generoso e popular” – no sentido de que suas manifestações de energia, mesmo as mais destemperadas, já eram de alguma maneira esperadas pelos seus contemporâneos, não assustando mais do que o necessário para apenas preservar-lhe o mando. (MSE, p. 97)

Homem que compunha a si mesmo dentro de padrões de excessiva dureza, sendo afrontado, o Coronel Acioli ia ele mesmo à luta, mesmo corporal, que não era de recusar desaforo ou de se mostrar incapaz de defender a si ou aos seus. “Mas não guardava rancor de ninguém, não sabia ser inimigo porque não era odiento nem vingativo”. Talvez, é o que se pode pensar a partir da escrita de Bello, nada disso serviria ao Coronel Acioli, visto que ele era o criador dos valores mais caros ao seu mundo, e, ali, não cabia ao chefe perder tempo com mágoas. A cada atrito, uma solução imediata deveria ser alcançada, inclusive porque isso fazia parte da geografia do poder então praticada: qual o coronel que manteria seu mando se, em caso de alguma ofensa, preferisse guardar-se em mágoas, ao invés de agir contra seus desafetos? Na intimidade, chegava a ser sensível ao extremo, chorando pelos cantos da casa quando da “moléstia grave de uma filha”. (MSE, p. 98)

No corpo, e nos seus usos, tal como descritos por Júlio Bello, inscreveu-se e atualizou-se a série nem sempre linear de relações que os homens mantinham, naquela

sociedade de patriarcas rijos, com os seus companheiros de tempo, com os códigos de sua historicidade própria. Homens que envelheceram cedo, amadureceram tão logo abandonaram os primeiros momentos da juventude, e que se sentiam senhores do mundo e das pessoas.

Um exemplo, apenas. De acordo com a descrição de Júlio Bello, o velho Coronel Acioly exercia a sua corporalidade, quando do cumprimento das funções mais orgânicas, mais animais, de uma forma que o distanciava da moral higienista e desodorizada que já começava a assumir foros de única possibilidade de vida social, no Brasil da passagem do século XIX para o XX. Homem de outra época, endurecido por uma velhice que não o fazia matéria plástica frente às mudanças do tempo, o Coronel Acioli não se furtava a valer-se de seu corpo na medida do que sentia como suas necessidades. Não lhe parecia inteligível a série de cuidados, de prevenções, de silenciamentos, de ocultações, de pruridos, que caracterizavam a relação dos homens modernos para com as sobras do seu corpo. (MSE, p. 97-98)

E, crermos na referência que Bello faz a Gilberto Freyre, o velho Acioli apenas repetia, no seu presente, modos de ação que lhe antecediam no tempo, em relação aos quais ele havia sido, anteriormente, socializado, e que haviam se entranhado nele, tornando-o ele mesmo:

Para ele, na satisfação de seus apetites carnis, o resto do mundo não tinha olhos. Nunca o constrangeu, por si, a presença de outros nos atos íntimos de sua vida. Em Casa-Grande & Senzala, Gilberto Freyre fala-nos de velhos senhores de engenho que eram assim desabusados. (MSE, p. 97-98)

Outro personagem, descrito com tintas fortes por Júlio Bello, foi o Coronel Pedro da Rocha Wanderley, mais conhecido como Pedro de Bom-Tom. Ele teve nas páginas das “Memórias de um senhor de engenho” o direito a uma imagem trágica, que dava bem a medida da decadência de um velho senhor que se acentuava frente ao entrelaçamento, na sua experiência, de duas séries de eventos: a falência econômica e o envelhecimento. (MSE, p. 195-200)

Nos bons tempos, diz Bello, o Coronel Wanderley mostrava-se ao mundo como o corpo rijo e ágil de um senhor que inscrevia no mundo a palavra de sua verdade, sem meias medidas:

Figura de forte relevo na agricultura pela extravagância das atitudes, o irrequieto do gênio, a ligeireza da língua falando de tudo e de todos, o pronto esquecimento do obséquio recebido, o desprezo pelas conveniências, a facilidade de melindrar-se por um nada, não tendo contudo mão de ofensa a outrem sem motivo, a arrogância das maneiras, o constante e esquisito esforço em parecer pior do que realmente era, a grosseria nas réplicas (...). (MSE, p. 195)

Era rico, tinha três engenhos, posses várias, poder e mando sobre incontáveis subordinados. No fim da vida acabou perdendo tudo, a usina comendo o que lhe pertencera no passado. Tornou-se amargo, cria que todos o perseguiram, e expressava ódio por quem quer que fosse. Morreu “na maior pobreza” – e, no fim, “perto dos 80 anos”, apenas tinha como seu “um pequeno sítio de bananeiras e jaqueiras.” Tendo vivido uma longa vida, comeu as sobras das “vastas terras, até que no fim só aquele pedaço lhe sobrara. E assim ainda morria em tempo por que absoluta afinal poderia ser a sua miséria, se mais durasse”. “Velho, diabético, quase cego, montado numa horrível pileca só-ossos, um esmulambado ginete de sertanejo à guisa de sela, um cabresto de caroá em vez do antigo freio aparelhado de prata nas ventas do sendeiro”, saía pelas casas dos poucos amigos que restavam, à procura de algum amparo. Mesmo então, pouco se fazia de agradável, e era capaz de ofender mesmo quem lhe recebia, “pelo prazer de humilhar” quem quer que fosse. (MSE. p. 195-200)

Os tios maternos de Júlio Bello, ainda outros personagens importantes na sua exploração das discontinuidades no campo da experiência histórica do envelhecimento, aparecem nas suas memórias como “belos tipos de homens barbados, fortes, inteligentes e simpáticos”, mas, também, como personagens que “diluíram-se, três deles pelo menos”, já que “apagaram-se aos poucos na vida, apática e preguiçosamente.” O seu destino era a demonstração empírica de que Bello necessitava para atestar que, efetivamente, envelhecer sob o sol da modernidade brasileira era um risco que não valia a pena correr. (MSE, p. 04) Dois deles (o “hábil” bacharel em direito José Nicolau e o comerciante Antônio Francisco de Albuquerque Santos) eram-lhes mais conhecidos. O segundo deles não obteve sucesso no seu comércio e acabou voltando ao engenho – no qual havia aprendido o que sabia da vida, nada bastante para as tramas da vida urbana que se experimentava no Brasil da segunda metade do século XIX.

A trajetória daquele tio comerciante falido serviu a Bello para exemplificar uma tese cara à sua narrativa: a de que as atividades urbanas seduziam, mas eram um perigo,

na medida em que, quando fracassavam, deixavam um rastro de desordem que era difícil superar. O mesmo não se dava na vida dos engenhos, na medida em que um ano ruim poderia ser ultrapassado em seguida por uma safra volumosa, a terra estando sempre à mão para ser uma vez mais transformada em riqueza. (MSE, p. 03)

Os “rapazes de engenho”, aliás, diz Bello, “só por exceção serviam bem e venciam noutras quaisquer funções práticas da vida”. Aprendiam muito cedo escalas de virtudes que correspondiam, no mais das vezes, a inconveniências no cotidiano do “funcionário público ou do comerciante”, experiências para as quais era fundamental certa subserviência, visto que eram o palco de homens de cabeça baixas e modos gentis. O mundo rural se distanciava do mundo da cidade, e não de poucas formas, e quem se arriscava a transitar por entre aqueles universos paralelos, mas discordantes não raro sofriam revezes.

O engenho antigo, era, por via de regra, uma escola de prepotência, de fanfarronice, de impostura, de mando sem discussão e de excessiva altivez. No comércio como no funcionalismo público carece-se de certa disciplina, tolerância e obediência, coisas que não se aprendiam na vida das “casas-grandes”. (MSE, p. 03)

No caso do falido comerciante Antonio Francisco, “homem inteligente e muito espirituoso” que se divertia atormentando crianças, fazendo-as chorar, registra Bello que ele havia sido bem “educado e gentil na sua mocidade”, e que se casou duas vezes. Quando enviuvou pela segunda vez, finou-se, e “começou a viver quase vegetativamente”. Morava numa casinha no engenho, com uma reduzida horta. Havia perdido os escravos com a Abolição, e junto com os cativos foi-se o “estímulo para o trabalho”. Um prédio em Recife dava-lhe alguma renda, e ele vivia de criar galinhas, de aconselhar remédios, de vacinar crianças, de versejar e de ensinar de graça “aos meninos pobres do engenho”. (MSE, p.06-08)

Outro tio, mais velho, chamava-se Francisco Antônio e era, como os demais, um belo homem barbado, forte, inteligente e simpático. Sua vontade de viver da juventude, quando chegou até mesmo a lutar em revoltas provinciais, entretanto, apagou-se com o tempo. Aquele vigor, aliás, em pelo menos três dos seus tios, diz Bello, transformou-se, diluiu-se, e eles “apagaram-se aos poucos na vida, apática e preguiçosamente”. Mais uma vez, as mudanças sofridas pela sociedade em que viviam, com o descrédito crescente da velha e tradicional casa-grande levou de roldão seus personagens. A

formação daqueles tios os teria feito talvez felizes no tempo dos seus pais, mas não no seu próprio instante, no tempo que lhes coube enfrentar. Tornados em homens quando o cativo e a casa-grande precipitavam-se no ocaso mais absoluto, diz Bello, eles não souberam, ou não puderam, adaptar-se aos novos tempos. O que no seu corpo estava inscrito como sinais de nobreza e de participação no mundo senhorial acabaria por ser o peso que os levaria ao fundo de uma vida, na velhice, tornada marginal, empobrecida, sem brilhos ou méritos.

Eram homens de palmas de mãos moles e mulherengas, feitos para viver na sombra das casas-grandes como “filhos de papai” mesmo depois de velhos, incapazes de afrontar corajosamente a vida e as vicissitudes dela, conformando-se facilmente com os insucessos, vencidos e resignados. Plantavam fastidiosamente umas couves e criavam galinhas. (MSE, p. 04)

A fala de Júlio Bello sobre seus tios – na verdade, sobre o tempo em que seus tios viveram – é atravessada por esta melancolia. Diz ele, ainda, após contar de seus feitos na guerra, ainda na sua mocidade, e após tratar de sua vida adulta, diferente em tudo dos dias de glória, na juventude:

Fizeram isto meus tios na vida. Não sei se não foi ainda uma tolice, mas fizeram. E nisto ficaram. Comeram a herança paterna e apagaram-se depois tristemente. Um morreu sob a proteção de minha irmã mais velha de que era padrinho de batismo; o outro em casa de velhos amigos da família, impressionantemente, de um colapso na mesa de jantar. (MSE, p. 05)

A trajetória de um tio materno em especial, Antonio Francisco de Albuquerque Santos, serve a Bello para explicitar o destino trágico de quem tivera a pouca sorte de viver a velhice numa fase de transição entre a respeitabilidade e o opróbrio. Viúvo pela segunda vez e já entrado em anos, o tio Totônio “começou a viver quase vegetativamente”. Resumia-se a uma pequena casa no engenho familiar, posto à margem de tudo e todos. Seu espaço era apenas o de “um quintal onde em reduzidíssima escala cultivava umas hortaliças”. Um cajueiro, uma laranjeira, pés de couve e de alface eram a sua última relação com a terra como provedora. Havia fracassado no comércio, avesso que era a atividades urbanas; cabia-lhe apenas usufruir o muito pouco que lhe restara na velhice, amparado com maior ou menor satisfação pela parentela. (MSE, p. 06-08)

A vida daquele tio atualizava várias dimensões que eram com frequência mencionadas por Júlio Bello como sendo referentes às vicissitudes da experiência do envelhecimento pelos remanescentes da velha ordem patriarcal nos anos finais do século XIX. Observando aqueles eventos, ou o que lembrava deles, passados mais de trinta anos de seu acontecimento, Bello percebia no destino trágico de seus parentes empobrecidos e envilecidos na velhice ora o dedo da história ora a mão pesada de uma tradição desencontrada em relação ao seu presente. Assim, o tio Totônio foi construído naquele livro como o personagem de uma decadência abissal, e o que o teria levado àquela situação, segundo Bello, fora a abolição e a sua incapacidade de aprender a viver no mundo novo que o fim do cativo inventara. (MSE, p. 08)

O tio Totônio, assim, ficou condenado a uma existência de velho pária. Não podendo mais exercer a série de atributos para os quais foi preparado na sua formação familiar, quedou-se na pequena horta, no galinheiro diminuto, no ofício de aconselhar remédios, vacinar crianças, alfabetizar os meninos pobres do engenho. Ainda intimidava a alguns, com o peso de seu corpo carregado de signos de uma antiga nobreza, com a marca soberana de uma barba vasta e branca que aludia a uma posição social perdida, mas ainda resistente simbolicamente (as barbas, diz Bello, eram intocáveis num homem, posto que representavam a sua condição de superiores a tudo e a todos). Mostrava-se ainda senhor de algum mando e de alguma sabedoria, mas apenas nos limites daquela geografia demasiado comprimida que era o seu pequeno mundo dentro do engenho decadente que seus parentes teimavam em manter contra a força onívora das usinas. (MSE, p. 08-09; 16)

Tão largado às margens do mundo quanto o tio Totônio, ou talvez, ainda mais esquecido que ele, havia sido o tio Jacinto, irmão do pai de Bello. A única imagem que o memorialista guardou daquele personagem foi a de um “velho pequenino, de faces chupadas” que um dia lhe acariciara os cabelos com um sorriso e que lhe fora então apresentado como seu tio. (MSE, p. 19) Figura leve sobre o mundo, a marca que deixou nas memórias do sobrinho foi quase insignificante, servindo apenas para cumprir o registro de mais uma velhice enfraquecida, tão distante do ar majestático que envolvia a figura lembrada do sargento-mor Francisco Antonio:

Dele não sei mais nada. Diziam-me que ele gaguejava e ao contrário dos irmãos era irresoluto, fraco, desfibrado. Não casou. Quase não

viveu. Morreu tristemente sem dizer a que veio ao mundo. (MSE, p. 20)

Jacinto, irmão do pai de Júlio Bello, não deixou no sobrinho maiores lembranças, a não ser a sua gagueira, de sua incapacidade de tomar decisões, de sua fraqueza. Antecipava, sem o saber, o caráter dos homens do tempo que se seguiria ao seu. “Não casou. Quase não viveu. Morreu tristemente sem dizer a que veio ao mundo”, mesmo sendo já velho quando se passou para o outro lado da vida. (MSE, p. 19-20)

Mais marcante, apesar de representar para Júlio Bello apenas uma “lembrança bem remota” de sua meninice, foi um velho tio de seu pai, Francisco Borba de Moraes, tido por tio Xixe. Ele,

(...) já beirando a casa dos oitenta, mas ainda relativamente forte, pequenino e magrinho, sem filhos nem família propriamente sua, no último quartel da vida, vivia ora em casa de um sobrinho, ora na de outro, sempre viajando como um cigano. (MSE, p. 36)

A lembrança que deixou na casa de Júlio Bello foi

(...) a fama de um velhinho teimoso, que não arredava pé das resoluções mais extravagantes, uma vez deliberado a tomá-las. (MSE, p. 36)

Resta pensar, quanto a ele, o que seriam suas extravagâncias: gestos comuns e banais num homem jovem, mas certamente destoantes quando emanados de um corpo marcado pelo tempo.

Outro tio de Júlio Bello, Manuel de Moraes Bello, homem feito e, mesmo já na velhice, “sempre de humor alegre e bom de coração”, era “dado à gandaia com as caboclas mais bonitas do engenho”, com o quê caía na desgraça dos ciúmes de sua esposa, “que ia então a ele com impulsos de esganá-lo”. Ele suportava seus arroubos, mas não lhe admitia que tocasse, no ardor da discussão, nas barbas, sinal não apenas de sua idade, mas de sua masculinidade. Dias de choro se sucediam, até que a esposa abrandasse o espírito, enxugasse o rosto e voltasse a casa à normalidade. (MSE, p. 15-16)

Menos alegre, certamente, era a senhora Cândida, irmã do pai de Júlio Bello:

(...) severa, rígida, autoritária, intolerante, cheia de excessivos melindres e implicâncias, quanto à decência e à moralidade de sua casa, de sua família, de seus escravos e dependentes. (MSE, p. 17)

No seu engenho vigorava uma “disciplina de convento”, que a senhora “era uma dessas criaturas sem alegria, que nunca foram moças com as ilusões e os prazeres da juventude”, tendo vivido “exclusivamente para si e para os seus”, mas “amargurada na vida como num degredo”. Havia se casado, é a opinião de Bello, por obra e graça dos arranjos matrimoniais comuns às famílias ricas de então, com o quê escapou de uma vida solitária, face à sua pouca graça. (MSE, p. 17)

Como outras mulheres daquela época, soube que ia casar-se quando todos os acordos haviam sido firmados entre sua família e a do noivo, a quem conheceu apenas nas imediações do casamento. Antes disso, como se sabe, apenas era possível às moças alguma mirada rápida, de longe, “pelas frestas das portas e pelos buracos das fechaduras”, quando elas queriam ver os rapazes e mesmo o pretendente. (MSE, p. 17)

Numa espécie de lamento pelo tempo perdido, e de desencanto pelo tempo a que se obrigava a viver, Júlio Bello assim tratou daquele tipo de construção dos laços conjugais:

E força é convir, davam mais certo essas uniões de conveniência. Muito mais certo do que algumas de hoje, de livre e apaixonada escolha dos nubentes. Tenho visto tanto desastre em casamento de muito amor! (MSE, p. 17)

Seguindo sua descrição, Bello diz que as circunstâncias do casamento de sua tia Cândida foram as normais, para sua época: ela era moça casta, e se tornaria uma senhora de engenho de “virtudes conjugais” vividas como “um dogma inatacável”. Era rara a prevaricação por parte das mulheres, principalmente porque eram, já aos vinte anos, matronas “veneráveis”. Abençoavam tanta gente, diz Bello, entre “filhos, escravos, meninos de suas terras”, que logo a “necessidade de tanto abençoar como que as envelhecia depressa e lhes dava a consciência de sua precoce respeitabilidade”. (MSE, p. 17-18)

Outra tia de Júlio Belo, Úrsula, falecida aos cinquenta anos, passava no caixão por muito entrada na idade. Seu corpo, gasto pela lida diária da casa indicava em si mesmo a geografia de uma reclusão e de um cansaço que não seria possível não

perceber. Nela a idade se vestia de esgotamento e a velhice era o tempo do pleno desgaste, o momento em que já não havia força para a vida, a hora que antecedia a morte. Isto não se daria com os homens, maduros logo cedo, mas acostumados a relacionar o envelhecimento de seu caráter ao adensamento do seu poder – e não a consolidação de sua inatividade. (MSE, p. 20)

A tia Chiquinha, também irmã do pai de Bello, era, “ao contrário da outra, uma criatura irradiante de bom humor”, alegre por si e pela irmã. Viúva jovem, “imperava dentro do engenho” que lhe coubera sem a “prepotência, intolerância e rabugice” de sua irmã Cândida, “mas pela doçura”, pelo “bom humor, a atividade e a graça que se comunicavam aos que viviam na intimidade de sua casa”, que era “farta e alegre”. Havia, enfim, modos bastante diversos de experimentação dos códigos da feminilidade e, aí, da velhice. (MSE, p. 18-19)

Dondon, mais uma irmã do pai de Júlio Bello, também enviuvou cedo, não tendo sequer filhos. Tinha “gênio forte e facilmente irascível”, mas era de ordinário “jovial e simpática”. Morreu perto dos oitenta anos, o que muito lamenta Júlio Bello, por saber que poderia contar com ela como repositório de memórias importantes acerca do passado dos seus. Uma das funções dos velhos, era, não se pode esquecer, a lembrança do vivido – uma paga pela impossibilidade crescente da experimentação da vida mesma. (MSE, p. 20)

Eram tios de Júlio Bello; mesmo seus contemporâneos de algum modo, eram de uma geração antes dele. Mas a sua tendência a envelhecer mergulhados na fraqueza, diz o memorialista, acabaria por se atualizar em corpos outros, contaminando o tempo que lhes sucederia. A decadência de uma experiência social atravessaria os corpos e as épocas, espalhando-se por largas parcelas da rede de sociabilidade de Bello, e mais além, inclusive entre os mais moços que ele:

Mesmo na geração posterior à minha, entre os meus, surgem de vez em quando exemplos de homens assim moles e resignados que se contentam com quase nada na vida ou esperam que lhes venha o pão de cada dia, sem o buscarem pelo trabalho, da generosidade de um parente: criaturas desfibradas e como aqueles velhos tios, quando muito, plantadores de couves e criadores de galinhas. Aliás não é privativa dos meus parentes essa triste desambição e esse desânimo mofino. As antigas famílias rurais de Pernambuco apresentam iguais exemplares de indolência que se vão fundindo tristemente, sem reação, no proletariado e na miséria geral – fenômeno que vem destacado em *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Em alguns

o álcool, para atenuar o tédio de uma vida apagada e como um fruto da própria preguiça, apressa o desmoronamento final. (MSE, p. 05)

De acordo com o olhar de Bello, a degradação de antigas relações sociais – o fim de uma época – é que teria trazido consigo o re-ordenamento dos modos pelos quais os indivíduos construía-se a si mesmos e às suas redes, com o quê a política das idades sofreria sensíveis alterações. E, como disse acima, uma leitura possível daquelas transformações era a que se praticava por sobre as discontinuidades que marcavam o destino histórico do envelhecimento dos indivíduos. Ler a trajetória em deslocamento da experiência da velhice era entender as mudanças pelas quais o país passava desde os fins do século XIX e durante as três primeiras décadas deste – e vice-versa: pensar aquelas mudanças era defrontar-se com a história de um apagamento do valor da velhice.

A cidade, a usina, o trabalho livre, o crescimento da voz das ruas nos debates políticos, os debates sobre a lisura nas eleições, a emergência de vozes a defender direitos das mulheres – tudo quanto parecesse a Bello como signo do novo mundo que o Brasil ousava sonhar para si no começo do século XX era o terror. Todos aqueles novos rostos da experiência social brasileira, tomados isoladamente ou em combinação, só podiam trazer consigo, dizia Bello, o desastre. E ele não apenas vaticinava como atestava a hecatombe que se avizinhava do país: a degradação que recobria o modo de ser dos indivíduos envelhecidos, a incapacidade da modernização brasileira em acolher aqueles indivíduos, aquilo era o sintoma da doença que vitimava o país e seus habitantes.

Nos divertimentos, por exemplo, atualizavam-se distinções que estavam implicadas na construção de modos de ser e de se relacionar socialmente. No tempo dos patriarcas, dizia Bello, a mocidade era um instante de “ilusões” e de “prazeres”, aos quais as pessoas se privavam ou gozavam com certa moderação. No mundo moderno, tudo parecia às avessas, e o corpo parecia ser, para todos, o território de experimentação de uma indisciplina vertiginosa. Com isso, ou seja, com a desapareção do controle e com a emergência de práticas de sociabilidade cada vez mais permissivas, a sociedade acabava por presenciar a transformação da juventude num valor a ser conquistado por todos, mesmo que à custa da decência e da moralidade públicas. Em paralelo, a velhice

perdia a aura de dignidade e de virtude que possuía para se tornar uma imagem contrária à vida mesma. (MSE, p. 17-18)

O grande mal, a seu ver, estaria na degradação que advinha do aumento do espaço social às pessoas e às práticas que, no tempo áureo do patriarcado, eram classificadas como vulgares. A entrada, na primeira cena da história, dos elementos populares e dos enunciados democráticos, seria para ele o signo de uma nova era, caracterizada pela decadência e, no que me interessa pontuar aqui, pelo apagamento social do indivíduo velho. Assim, diz ele, esboçando uma reflexão que entremeia recordações e tentativas de explicação do mundo social do qual se sentia ao mesmo tempo herdeiro e exilado:

Dando mesmo maior latitude à observação, vejo que o mal, depois da vulgarização das usinas e dos latifúndios, está generalizado na classe. Apenas entre as velhas famílias ele incorre em maior reparo e escandaliza porque a gente se põe muitas vezes a pensar, vendo um desfibrado e alcoólico destes em sua miséria presente, no que foi o avô: - rico, importante, faustoso como um senhor feudal, que andava em caríssimos animais de montaria ajaezados de prata, precedido e seguido de jovens pajens negros com fardas de canhão, botas de montaria de canos curtos com debruns claros e fivelas de ouro na cartola: “o barão de tal”, “o comendador Fulano”, “o coronel Sicrano”. (MSE, p. 06)

Uma nova geografia do poder havia sido inventada, diz Bello, a partir da modernização do mundo do açúcar. E, nas novas paisagens sociais, os modos antigos de envelhecer haviam perdido a legitimidade, restando-lhes apenas a forma de uma sombra, de uma imagem perdida no passado. Os descendentes dos antigos senhores, marginalizados pela pobreza que os assolava a cada dia mais insidiosamente, e pela velhice que ia marcando o seu corpo com os sinais de um estigma contra o qual parecia não haver antídoto, isolavam-se, marginalizavam-se, dispersavam-se pelas fronteiras do seu antigo mundo, exilados não apenas do que lhe pertencia como terra, mas, principalmente, do que lhes era de direito enquanto espaço social.

Num movimento contrário, ascendiam os novos grupos de empresários, diz Bello, mais afeitos às regras emergentes de propriedade e de produção, corpos traduzidos com as palavras da juventude, da racionalidade, da eficiência:

Muitos vendem às usinas, ou afinal lhes entregam por dívidas, seus engenhos que têm ainda casa grande, capela e senzala, essas três

coisas veneráveis de um engenho. Alguns mesmo ficam ali por perto como pássaros em torno da árvore de onde lhes arrancaram os ninhos. Contentam-se com o vago poder espiritual, quase tão sutil como um litúrgico perfume de incenso, de poderem continuar figurando nas festas do orago da capela como juiz de festa. Vão nestes dias muito compenetrados de suas funções logo atrás do andor do santo nos acompanhamentos. Aquela derradeira sombra de poder lhes basta. De todo o antigo prestígio e força do antepassado sobrou-lhes aquilo que eles aceitam resignados, senão ainda orgulhosos. E o usineiro positivo e utilitário, senhor real e material do engenho, da casa grande e da capela, se põe a rir com gosto de tamanha simplicidade. (MSE, p. 06)

Palavras Finais

Parafraseando Kátia Muricy, poderia afirmar que a memorialística de Júlio Bello, nos seus limites, funcionou aqui como uma espécie de lente, a partir da qual foi possível vislumbrar algumas dimensões da invenção histórica da velhice no Brasil. Suas páginas, mais do que retratarem uma experiência em mutação, problematizam-na, nela interferem, colocam em xeque as certezas do seu próprio tempo ao recusar as verdades que se espraiavam como indiscutíveis, entre as quais as da medicina e as do direito, em nome de uma apreensão melancólica, logo subjetiva e passional, da história.^{ix}

Passado e presente, para Júlio Bello, são tempos híbridos. O primeiro é mesclado de si mesmo e da saudade que provoca pela sua enunciação; o segundo é uma mistura nem sempre harmônica do que lhe antecedeu e esgarçou-se, do que virá em seguida e o constrange até o limite do pensável e da saudade que, construída agora, parece tão antiga quanto os dias que ela desejaria retornar à vida.

Cético em relação ao progresso, desencantado em relação à modernidade e à modernização, Bello se valeu da problematização do seu passado para pensar o estatuto da velhice no seu presente, e se valeu da problematização do estatuto da velhice no seu presente para pensar quais os lugares ainda possíveis no mundo para o que era legítimo e válido ontem, anteontem, antes dos dias da velocidade e da juventude como horizontes únicos e legítimos para a vida social e subjetiva.

A velhice aparece, tematizada ali com grande relevo. Ela é o pano de fundo, ou até mesmo, em algumas circunstâncias, um personagem a mais dos textos; o autor contou com ela para emprestar alguma coesão à narrativa, alguma densidade a este ou àquele transeunte que passou por suas páginas. Velhos são os protagonistas de muitas das histórias contadas; são coadjuvantes ocasionais; são fontes de informação; são

balizas éticas: multiplicam-se pelas páginas, nas quais parecem encontrar um habitat propício à sua sobrevivência.

A velhice, portanto, naquele corpus, aparece como tema importante não apenas pelas suas emergências aqui e ali, ou por ser o tempo da rememoração; mais que isso, ela adquire relevo quando pensada como um elemento estruturante da narrativa, condição mesma de sua existência material e simbólica.^x Assim, aquelas memórias podem ser pensadas como documentos/monumentos importantes na história da edificação histórica da região Nordeste do Brasil, em detrimento da antiga partição em Norte e Sul, tanto quanto encenam uma problematização intensa e singular acerca dos deslocamentos havidos no país, na passagem do século XIX para o XX, e nas primeiras décadas deste, em relação ao estatuto da velhice.

O novo daquelas obras é a sua abertura à velhice: sua captura, sua reinvenção, sua fabulação, sua imaginação disto que se tramava, ali, como a última fase e a menos prestigiosa da vida dos homens no mundo material.^{xi} Tanto na construção da escrita memorialística como possibilidade quanto na seleção de um sem número de enquadramentos de velhices várias ao longo das memórias, aquele corpus sinaliza no sentido de se mostrar como o espaço de invenção de certa experimentação da velhice. Ou seja: eles encenam e dão espessura a certo estilo da velhice, a certa conjugação de sentidos e de destinos para a experiência do envelhecimento, fosse ela a do passado, fosse ela a do presente dos autores.

A estilização da narrativa por meio da sua mescla com a problematização da velhice se dava de forma a que velhos e velhas aparecessem, nos textos, como protagonistas de circunstâncias mais ou menos centrais, num cenário que, se é fragmentário e disperso, não pode jamais ser considerado incapaz de significar, de impactar o mundo no qual aquela literatura se fazia presente como forma de escrita legítima e, mesmo, bastante difundida.

Sua tematização mais recorrente está atravessada pela idéia de que a modernidade capitalista poderia ser pensada como uma força histórica quase totalmente despida de ambigüidades e, mais, deveria ser responsabilizada pela degradação da experiência do envelhecimento. Entretanto, para além desta inflexão comum, muito contribui para que a cena histórica da tematização da velhice por aqueles memorialistas possa ser descrita como relativamente multiforme.

As memórias, assim, não afirmam apenas superfícies planas. Elas são o território em que habitam velhices variadas, dispersas. Ensinam-nos e repensar as velhices do nosso próprio tempo, enfim.

ⁱ Este texto consiste em versão reduzida do segundo capítulo da tese de doutorado do autor, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, sob orientação do Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior e financiada com Bolsa Capes.

ⁱⁱ O autor é Doutor em História pela UFPE, e atua como docente junto à Unidade Acadêmica de História e Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG.

ⁱⁱⁱ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

^{iv} BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. Recife, PE: Governo de Pernambuco; Fundarpe, 1985. (Doravante, MSE)

^v RABELLO, Sylvio. *Tempo ao tempo*. Memórias e depoimentos. Brasília: MEC, INL; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 201-211.

^{vi} OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Façamos a família à nossa imagem*. A construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). Tese. Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, 2002; REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) Encantos modernos*. Histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife, PE: FUNDARPE, 1997; SETTE, Mário. *Maxabombas e maracatus*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, s.d.

^{vii} ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*.

^{viii} TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 275-279; 343-345.

^{ix} Cf. MURICY, Kátia. *A razão cética*. Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 13-14; 19; MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996; SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos*. A melancolia européia chega ao Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

^x Cf. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração*. Memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

^{xi} Cf. GUIDIN, Márcia Lígia. *Armário de vidro*. Velhice em Machado de Assis. São Paulo: Nova Alexandria, 2000, p. 18.